

# Experiências de trabalho e deslocamentos geracionais de uma família quilombola na região do pampa gaúcho<sup>1</sup>

Vanessa Flores dos Santos

Mestra em Antropologia Social UFRGS/ Servidora INCRA/RS

## RESUMO:

Esta apresentação tem por objetivo expor uma reflexão com base em pesquisa de caráter etnográfico realizada junto a pessoas e famílias que atualmente compõem o quilombo do Rincão da Faxina, situado no município de Piratini, no Rio Grande do Sul (RS). Busca-se elucidar aspectos da memória familiar e comunitária através das narrativas de duas gerações de uma família negra e quilombola. Da perspectiva intergeracional, intenta-se a reconstituição de experiências laborais de longo prazo de trabalhadores(as) rurais negro(a)s na região do pampa gaúcho. Os desafios empreendidos por essa família extensa apontam para processos mais amplos como, por exemplo, as mudanças na matriz produtiva regional e as condições laborais vivenciadas e marcadas nos corpos com a chegada de novos projetos de desenvolvimento à região de Piratini e na metade sul do RS. Por sua vez, os deslocamentos geracionais acionam relações territoriais “vivas”, tessituras afetivas e projetos de vida a partir das especificidades do lugar (ESCOBAR, 2015). Por fim, a autoatribuição coletiva enquanto comunidade remanescente de quilombos vislumbra novos investimentos familiares a uma terceira geração de jovens quilombolas que recentemente vêm acessando a política de ações afirmativas para acesso ao ensino superior.

## Palavras-chave:

Quilombolas - Territórios negros - Deslocamentos geracionais.

## Introdução

A experiência etnográfica que embasa a apresentação desse trabalho ocorreu junto a pessoas e famílias que atualmente compõem o quilombo do Rincão da Faxina, coletividade que está situada na área rural do município de Piratini, região sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A primeira sistematização e apresentação dos dados desta pesquisa, que foi realizada *in loco* durante o ano de 2015, integrou minha dissertação de mestrado (SANTOS, 2016). Decorrido alguns anos da primeira análise elaborada acerca da experiência de pesquisa junto à coletividade do Rincão da Faxina, retorno ao tema para somar alguns apontamentos à reflexão e rever alguns registros e transcrições de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

entrevistas.

Desde meus primeiros contatos realizados com integrantes da associação comunitária do Rincão da Faxina, eu fui apresentada a uma rede de relações composta por pessoas, famílias, projetos e atores sociais que extrapolavam as fronteiras de pertencimento do grupo autoatribuído e mobilizavam disputas narrativas a respeito de noções de desenvolvimento regional e, em específico, do que referiam como o desenvolvimento que “chegou” à cidade de Piratini. No período da realização de meu trabalho de campo, as interlocutoras e interlocutores de minha pesquisa vivenciavam um período de abertura ao novo e dinâmico das interlocuções difíceis e possíveis com o poder público enquanto coletividade quilombola e, nesse trilha, pude contar com a generosidade daqueles que partilharam comigo uma série de relatos, visitas, deslocamentos por distritos rurais de Piratini e participação em atividades ora na cidade, ora no quilombo. A temática dos projetos de desenvolvimento que "chegaram" à localidade antes das políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas foi um dos assuntos que possibilitou um destrinchamento de questões relacionadas às experiências negras e às trajetórias partilhadas pelas famílias do Rincão da Faxina.

No contexto de Piratini, região em que a composição da estrutura agrária historicamente privilegiou o modelo de grandes propriedades rurais, os projetos de desenvolvimento e redistribuição que foram destinados às populações do campo, sobretudo dentre as décadas de 1980 e 1990, via política estatal de reforma agrária, permitiram uma abordagem à dimensão da conflitualidade e da justiça social no acesso à terra a partir de projetos de criação de assentamentos rurais. No entanto, segundo as avaliações de meus interlocutores, isso ocorreu sem que se levasse em conta as invisibilidades historicamente erigidas acerca da ocupação e posse das terras localizadas na área de abrangência da municipalidade. Dentre essas especificidades, destaca-se a dimensão da diferença e da desigualdade no acesso à terra em termos de raça/cor.

Apesar de essa rede familiar já residir há gerações nas localidades conhecidas como 2º (segundo) e 5º (quinto) distrito rurais da municipalidade de Piratini, a maioria das famílias negras que trabalhavam em fazendas da região ou em sistema de revezamento dentre trabalhos temporários, por empreitada, e em seus próprios cultivos familiares nos períodos entre safras ou de menor demanda de mão de obra, à época, não foram contempladas pela política de reforma agrária. Segundo os envolvidos, pelo fato

de que tinham um salário fixo<sup>2</sup>.

Concomitante a essas mudanças na estrutura fundiária regional a partir da compra de terras pelo Estado, destinadas à criação de assentamentos, foi observada uma diminuição na oferta de postos de trabalho nas fazendas e em empresas agropecuárias que fecharam ou mudaram de investimento, o que impactou ao menos duas gerações de trabalhadores rurais.

Por esse ângulo, se hoje a política pública de regularização fundiária destinadas às coletividades quilombolas visa reparar a situação histórica (OLIVEIRA, 1998) de desigualdade racial - e não apenas sob viés socioeconômico - acerca da posse e propriedade da terra no Brasil, há que se considerar que apenas no estado do Rio Grande do Sul podemos contrastar estruturas fundiárias e dinâmicas etnicorraciais variadas, em comparativo regional. Em pesquisas precursoras a respeito das territorialidades negras e identidades quilombolas no sul do Brasil (BARCELLOS et al, 2004; ANJOS e SILVA, 2004), destaca-se as relações assimétricas dentre as coletividades quilombolas e seu entorno, majoritariamente composto por famílias que se reconhecem enquanto “colonos” descendentes de migrantes italianos e alemães. Nesses casos citados, as experiências de famílias quilombolas contrastavam não só com a estrutura de poder local composta pelo modelo de grandes propriedades rurais e pecuária de corte, mas também com um outro modelo hegemônico - embranquecido - de trabalhadores que integram a esfera da agricultura familiar e da “família camponesa”.

A esse aspecto do racismo nas políticas de imigração e colonização nacional (SEYFERTH, 1996), e seus efeitos em termos de produção de invisibilidades, gostaria de ressaltar que tais processos de apagamento da presença e das experiências negras no rural operou através de discursos hegemônicos acerca da colonização tanto em nível nacional, como regional. No contexto abordado neste trabalho, ganham destaque as dinâmicas sociais relativas à implementação de projetos de desenvolvimento regional e acesso à terra que operaram sob um viés estritamente sócioeconômico.

Em uma das tardes que passei na região do quinto distrito, em visita à casa de seu Adair Rodrigues e de dona Maria Ieda, pude escutar um pouco mais sobre como suas vidas estiveram entremeadas e foram afetadas por esse processo mais amplo de mudanças na estrutura fundiária local. Assim, seguimos para o ponto seguinte da

---

<sup>2</sup>Essa foi a principal alegação a que tive conhecimento pelo ponto de vista das famílias que foram preteridas, o que não exclui a existência de outros critérios por parte dos agentes estatais envolvidos ou mesmo por grupos e movimentos sociais ligados à luta pela terra.

apresentação. As narrativas apresentadas a seguir compõem essa tessitura de memórias pessoais e familiares que as interlocutoras e os interlocutores quilombolas que contribuíram para minha pesquisa compreendem como uma trajetória histórica própria, que embasa a afirmação de uma identidade étnicorracial no presente.

### **Memórias familiares: Os tempos de labuta, os lugares onde só pretos viviam**

Uma tarde fria e chuvosa de setembro de 2015, durante um dos períodos em que estive em trabalho de campo, fui gentilmente convidada para conversar na beira do fogão a lenha, tomando mate e comendo pão, biscoitos e mais alguns doces maravilhosos que dona Ieda havia preparado especialmente para as visitas. Dona Ieda e seu Adair tinham muitas histórias “do tempo dos antigos” para contar, e assim adentramos o assunto de suas experiências pretéritas sobre trabalho e dinâmicas familiares.

Enquanto dona Ieda mostrava os álbuns de fotos da sua família, falou-me da saudade que ainda sente lá do 2o distrito, a região em que cresceu e viveu até ter de sair por conta da distância e da dificuldade em conciliar a moradia no local de origem familiar com as oportunidades de emprego de seu Adair. No período em que ele se deslocava para a sede dos empreendimentos agropecuários para trabalhar em regime de empreitada, dona Ieda e a mãe de Maria Emília Soares, uma de minhas principais interlocutoras em campo, dona Eloá, que vizinhava num rancho bem próximo ao dela, partilhavam o cuidado das crianças e também as preocupações sobre como conseguir comida para todos. Dentre as fotos que ela mostrou, estava uma dos filhos e sobrinhos jogando futebol com uma bola feita de meias usadas, e os ranchos de torrão e macega ao fundo. Em outras, as crianças tomavam banho no arroio, outras ainda registravam os dias de festa de aniversário de algum dos “pequenos”.

Quando o casal decidiu deixar sua moradia no 2o distrito, foi porque seu Adair já havia arranjado outra oportunidade de trabalho e a distância era muita para a realização do trajeto de ida e volta, todos os dias, mesmo que o fizesse de bicicleta. Dona Ieda sentiu tanto com a saída do local onde sempre viveu junto à sua mãe, irmãos, primas, que demorou dez anos para conseguir voltar lá, para visitar os parentes que ficaram. Na época, ela, seu Adair e os filhos foram morar no local onde se localizava a sede do empreendimento conhecido como “Sica”, empresa agropecuária para a qual boa parte dos membros da família já trabalhou e onde viveram durante os oito anos seguintes.

Depois desse período, tiveram de deixar o local por conta da criação de um assentamento rural nessa área, e então negociaram o terreno no 5o, lugar onde outras famílias negras da sua rede de relações já estavam estabelecidas e onde vivem até hoje. Em um trecho da entrevista, dona Ieda recorda da relação com sua mãe e sobre o período de mudança:

**Pesquisadora:** Quando o seu Adair ia pra granja a senhora ficava um tempo, daí, sozinha fazendo o serviço?

**Maria Ieda:** Ficava. A minha mãe, daí, o rancho dela era pertinho da minha casa, agora eu vou lhe mostrar. Depois, a minha mãe... depois o meu pai se aposentou e ela fez essa casinha de material, ó.

**Pesquisadora:** Ah sim.

**Maria Ieda:** Com a ajuda dos vizinhos e do meu irmão que era muito curioso. Aqui tá toda a família, só não tá o Adair porque ele tava sempre trabalhando. Aqui tá o me irmão, a minha cunhada, aquela que eu falei que ela tinha enfisema nos pulmões. Mais os guri, os dois guris dela. O Fabinho, o irmão da Maria Emília e o Adair José. (mostrando as fotos). E eu e a minha mãe.

**Pesquisadora:** A sua mãe?

**Maria Ieda:** A minha mãe... morreu com 89.

**Pesquisadora:** Aqui faceira com a casa nova?

**Maria Ieda:** Faceira com a casa nova.

**Pesquisadora:** O Fábio e o Adair José bem pequeninhos. (risos).

**Maria Ieda:** Mas ela morou pouco na casa nova, pobrezinha. Porque aí em seguida nós tivemos que se mudar, né?

**Pesquisadora:** Aí ela foi também quando vocês...

**Maria Ieda:** Aí ela foi pra minha companhia, eu que tinha que cuidar dela.

**Pesquisadora:** Claro. Ela queria ficar perto da senhora.

**Maria Ieda:** Sempre queria ficar junto comigo. E aí pra cá, viemos pra cá e ela veio junto. Depois ela pegou a ficar doente, doentinha, e ficou... nós sempre tratando dela. Faleceu na minha companhia. Aqui ele trabalhava já na...

**Pesquisadora:** Na granja?

**Maria Ieda:** Não, Agrocica.

**Pesquisadora:** Ahh.

**Maria Ieda:** Antes de ir lá pra Maria Emília (no 2o distrito) tem um corredor que vai pra lá. E agora até... não é mais firma, né, é essa... das famílias que vieram.

**Creml Porto:** Assentamento.

**Maria Ieda:** E nós moramos oito anos e não pegamos terra, tu acredita?

**Pesquisadora:** Ah, agora é o assentamento onde era a empresa?

**Maria Ieda:** Nós saímos e entrou o outro grupo e conseguiram. Só porque nós era assalariado. Ele era.

**Pesquisadora:** Aí vocês não conseguiram?

**Maria Ieda:** Não conseguimos. Tivemos que vir pra cá, aí ele vendeu a vaca do leite pra nós conseguir comprar esse terreno. Que ele tinha comprado do dinheiro da granja.<sup>3</sup>

Enquanto falava e revivia essas memórias, dona Ieda estava quase lacrimejando.

---

<sup>3</sup> Registros da entrevista realizada em 11 de setembro de 2015, no Rincão da Faxina, em Piratini/RS.

Seu Adair pigarreava. Ela apertava as mãos ao falar de sua mãe. Apesar de recordar o rancho de torrão e macega e os banhos no arroio com saudade, diz não acreditar naquele tempo em que os negros trabalhavam sem salário, especialmente as mulheres. “*Era banha, carne, leite, essas coisas que a gente ganhava. E as roupas usadas... Era com isso que eu me vestia*”. Dona Ieda disse não se arrepender, pois se houvessem permanecido lá talvez os filhos não tivessem condições de viver bem como vivem hoje.

A experiência vivida pelo casal Adair e Maria Ieda e a mim rememorada, que resultou na decisão pela saída de suas regiões de origem, tem encadeamento com processos mais amplos a despontar na localidade naquele momento, como os investimentos em termos de uma política agrária nacional sob viés sócioeconômico que excluiu uma série de famílias não contempladas pelos critérios vigentes<sup>4</sup>. Ainda, o crescente número de empreendimentos agropecuários operando modificações em suas matrizes produtivas, como foi o caso crescente de investimentos em soja, trigo, pêssego e silvicultura<sup>5</sup>, desmantelando o predomínio da pecuária.

Seu Adair cresceu no 5o distrito de Piratini, mas sua família veio de uma região um pouco mais distante da área urbana e mais próxima à localidade conhecida como Serra das Asprezas. Em meio à conversa, ele comentou a proximidade com familiares da antiga liderança quilombola da “Cachoeirinha”, como também é chamada a comunidade quilombola da Fazenda Cachoeira. Nas lembranças de seu Adair, aquela região já foi bem mais populosa, por lá havia a circulação de um maior número de moradores e trabalhadores rurais, em sua maioria negros, que constituíam uma rede de convívio e auxílio mútuo. Dentre diversos diálogos, os demais presentes também apontaram as relações de parentesco existentes com algumas das parentelas negras que hoje compõem as comunidades quilombolas do Rincão da Faxina, da Fazenda Cachoeira e do Rincão do Couro (esta última também está localizada na região do 5o distrito de Piratini).

Além dos relatos de Maria Ieda e Adair, as irmãs da família Porto, dona Santa e dona Nilza, por exemplo, falaram-me sobre “o fundão” onde foram criadas e era “*um lugar onde só tinha preto*”. Apontando a direção contrária ao sentido da beira da faixa da rodovia, de onde hoje estão mais próximas e têm mais possibilidades de

---

<sup>4</sup> Apenas pontuo que em face das limitações dessa apresentação, não será possível adentrar uma reflexão mais ampla a respeito das limitações do modelo de desenvolvimento rural citado.

<sup>5</sup> Cultivo de árvores como o eucalipto, pinus e a acácia negra com fim de exploração comercial da madeira e/ou resina.

deslocamento para a cidade, falaram sobre a infância de muito trabalho na lavoura e o maior número de famílias negras que residiam no lugar. Com o passar do tempo, muitos foram deslocando-se para localidades mais próximas ao acesso a transportes e escolas.

Tanto no caso dos núcleos familiares de origem do casal Maria Ieda e Adair, quanto das irmãs Santa e Nilza, casadas com Tailor e Toninho, respectivamente, podemos constatar que os deslocamentos empreendidos por esta geração que deixou zonas rurais mais afastadas em relação à área urbana de Piratini, em busca de condições de empregabilidade e acesso à escola para os filhos, não foram aleatórios. Através da rede de relações dentre as famílias Porto, Soares, Alves, Rodrigues, dentre outras, é que os casais, jovens à época, empreenderam um processo de territorialização (CARDOSO, 1998) na região do quinto distrito. Em alguns casos, puderam negociar a compra de pequenos terrenos com parentes ou agricultores conhecidos que lá viviam, à custa de todas as economias que haviam reunido com a criação de alguns animais. De toda a forma, mantiveram os vínculos de apoio mútuo, seja nos cultivos tradicionais em parceria como amendoim, feijão, batata doce, mandioca, seja no auxílio e cuidado compartilhado com as crianças da família, quando algum casal necessitava se ausentar em busca de trabalho.

Apesar da importância desse arranjo para a permanência das famílias no campo, no local em que hoje está situada a sede da associação quilombola e a capela construída recentemente, as pequenas porções de terras são um fator limitador da produção agrícola voltada à comercialização. Assim, diversas famílias restringem os cultivos à horta e à criação de galinhas, com pequenas lavouras de mandioca, abóbora e batata doce, por exemplo.

Ouvindo os “*causos*” dos homens, como seu Adair, parecia haver uma lembrança boa (e mais recente) dos tempos de trabalhar de empreitada e comer à beira do fogo com os outros homens, contando histórias e fazendo piada com os mais moços. Nesse sentido aos homens, mesmo na ocupação de postos de trabalho precários, como as chamadas “*changas*”, e oportunidades marcadas por uma condição de subalternidade, ainda havia certa mobilidade dentre regiões como Santa Vitória do Palmar, Pedras Altas, etc. Por outro lado, naquele tempo o trabalho dependia sempre que houvesse uma nova empreitada e os afastamentos da casa e da família, além do fato de que muitos não tiveram a carteira assinada nesses períodos e nem podiam negociar os valores baixos por muitas horas de força de trabalho nas plantações.

Cabe apontar também a percepção local de que muitas das habilidades

aprendidas pelos homens desde cedo, como o trato com o gado, ou com as ovelhas, as atividades de alambrador, assim como o entendimento e a experimentação em relação aos períodos de plantio e manejo de cultivos, já não são mais demandadas como há décadas atrás. Profissões tidas como tradicionais na região da campanha gaúcha, como o caso do pai de dona Maria Ieda, que foi tropeiro e circulava com tropas de animais e cargas variadas pelas estâncias, passam a ser vistas como algo que ficou no passado.

Já no caso das mulheres, as experiências pretéritas como trabalhadoras domésticas em fazendas e estâncias deixaram marcas que perpassam gerações, como os “causos de campanha” acerca da recorrência de situações em que mulheres negras tiveram de resistir às investidas de patrões e de seus filhos. Em outros casos, como dona Maria Ieda bem recordou, por muitos anos os pagamentos pelo trabalho foram em forma de doação de roupas usadas, farinha, pedaços de carne, e mais alguns gêneros alimentícios. Sendo assim, muitas mulheres que começaram suas atividades laborais ainda na infância, não conseguiram comprovar o vínculo trabalhista e o tempo de serviço necessário para requerer a aposentadoria. Em alguns casos, resta a opção do auxílio doença, quando já há um quadro de adoecimento que lhes impossibilita de exercer qualquer atividade.

Além das modulações de memórias relacionadas a experiências de trabalho sob o viés de gênero, no dia de minha visita ao casal Maria Ieda e Adair, também na presença do casal mais jovem Maria Emília e Cremi Porto, pude ouvir alguns relatos sobre as estratégias utilizadas pelas famílias negras para permanência no campo, como as modalidades de produção em regime de parceria, a chamada “terça”. Apesar dos trabalhadores negros investirem toda a sua força de trabalho, em geral o pai e os filhos que já tinham idade para trabalhar na lida do campo, eram os patrões, os proprietários majoritariamente brancos que ficavam com dois terços da produção após a colheita. Na memória de Cremi, *“Naquela época os negos só tinham trabalhar de sócio”*, pois como não detinham a propriedade das terras, o valor de todo seu trabalho e habilidade nos cultivos lhes rendia somente um terço de tudo o que for a colhido. *“Nós ganhava a terça, em vez de dar a terça, nós só ganhava a terça”*.

Essas memórias sobre *“os tempos de labuta”* compõem o rol de experiências evocadas para falar sobre o tempo dos escravos e também sobre o tempo em que mesmo na condição de homens e mulheres livres, muitos trabalhadores negros ainda tinham de lidar com os desmandos de patrões ou com arranjos de reciprocidade assimétrica com proprietários rurais do entorno. As condições extenuantes a que trabalhadores e

trabalhadoras negras eram submetidos são narradas aos mais jovens como forma de alerta. Esse senso de justiça, que mobiliza toda uma trajetória histórica partilhada pelos núcleos que resistiram a essas formas de opressão e exploração de sua mão de obra, buscando consolidar relações espacialmente situadas, hoje embasa a afirmação étnica da comunidade política que se reconhece enquanto remanescentes de quilombos.

Em publicação que aborda entrevistas realizadas com famílias negras da comunidade quilombola de Morro Alto (WEIMER, 2015), igualmente podemos refletir sobre “exemplos que servem para nuançar o trânsito do trabalho escravo para o assalariamento” (2016, p.26). Considerando as trajetórias de núcleos familiares em que em determinado período do século XX houveram decisões pela migração para cidades como a capital Porto Alegre ou Pelotas, a análise histórica busca considerar uma série de nuances e modalidades dentre a separação que usualmente é concebida como modelo, a partir do período pós-abolição, dentre trabalho livre e trabalho escravo.

Para o historiador Rodrigo Weimer, estes mundos do trabalho são mais ricos e multifacetados do que poderíamos conceber à primeira vista, e permeados por experiências como as das famílias negras entrevistadas em que a condição de trabalho livre nem sempre significou igualmente a condição de assalariamento. Menos ainda, a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

A essa série de mudanças experienciadas por esta primeira geração de meus interlocutores, e o impacto que as mesmas tiveram na organização familiar dos mesmos, com os postos de trabalho que passam a “escassear” e com a crescente mecanização do trabalho na lavoura relative às mudanças na matriz produtiva regional, chegamos ao ponto seguinte da reflexão. A decisão por um deslocamento dentre distritos rurais e a busca por moradia mais próxima à cidade foi balizada pela compreensão de que na nova localidade, estariam igualmente inseridos em uma rede de famílias negras que já estavam territorializadas na nova localidade ou mesmo apontavam para um deslocamento similar. Nesse viés, podemos tecer aproximações com as questões suscitadas por outros trabalhos etnográficos realizados junto a comunidades negras no RS, como na tese de doutoramento de Rosane Rubert (2007), em que as mudanças no tecido social, bem como as interações dentre humanos e não-humanos na composição de novas redes sóciotécnicas, são abordadas:

O processo de mecanização paulatina das lavouras introduz alterações concomitantes nas definições do social não só no que tange às mudanças de percepções das diferenças de gênero. Persiste a necessidade dos homens aprenderem “tudo o que é serviço”, como

antes, mas esses mudam de conteúdo, sem contar que os que conquistam um emprego fixo em um empreendimento de grande porte, mesmo tendo passado por essa aprendizagem diversificada, tendem a assumir postos de trabalho especializados. O princípio de competição passa a se interpor nas interações: pelos postos de trabalho em si, que começam a escassear, e por aprender técnicas novas (dirigir o trator, conduzir a colheitadeira, etc) de forma a melhor “se colocar”. Familiarizar-se com novas associações entre humanos e não-humanos torna-se premente, diante de novos modelos de reprodução social. A introdução desse princípio de competição não necessariamente gera um completo esfacelamento do tecido social, embora o altere, uma vez que padrões já sedimentados de reciprocidade persistem, mas ressignificados pela entrada de novos artefatos nos circuitos de troca. (RUBERT, 2007, p. 234).

No tempo presente, muitos destes interlocutores e interlocutoras que vivenciaram estas nuances geracionais dentre trabalho livre e assalariamento, demonstram preocupação em relação à garantia de direitos trabalhistas. Se antigamente tinham muita dificuldade em comprovar tempo de trabalho rural apenas pela comercialização de seus próprios cultivos e não conseguiam, em sua maioria, ter a carteira de trabalho assinada, hoje sentem os impactos do envelhecimento e das demandas em relação a atendimentos de saúde. Alguns também levam nas mãos e nos braços marcas de acidentes de trabalho, como dedos decepados em serras, e os sinais de anos de “labuta” pesada em forma de dores crônicas na coluna e nas articulações.

### **Deslocamentos familiares e acesso às vagas para quilombolas no ensino superior**

Ao longo da convivência que teci com as famílias do Rincão da Faxina, entremeando estadias na casa do casal Maria Emília e Cremi Porto com visitas e passeios a outras casas e ao espaço da associação quilombola, comecei a familiarizar-me com certos fluxos da vida vivenciados em especial no espaço da casa. Maria Emília e Cremi, pertencentes aos “troncos” familiares dos Soares e Porto, se conheceram ainda na infância e partilham de muitas das memórias a mim narradas pela geração anterior, dos mais velhos da comunidade, como é o caso de Maria Ieda e Adair. O casal mais jovem reconhece todas as agruras passadas por seus pais, tios e tias, e hoje buscam fortalecer a mobilização comunitária bem como auxiliar os mais jovens para que possam alçar novos planos.

Durante os dias que passei hospedada por lá, pude perceber e conviver com diferentes ritmos e fluxos da vida, desde as visitas diárias, a vizinhança, os parentes que se hospedam temporariamente e os jovens da família que moraram com os tios por um período e tornaram-se “filhos de consideração” do casal. Na hora do chimarrão, ao final

da tarde, acontecem visitas diárias e variadas. Sendo assim, o espaço da casa é um ponto de passagem e ao mesmo tempo de referência para a circulação de toda essa teia de pessoas, afetos e oportunidades, como no caso dos novos projetos de vida sendo gestados para a geração de casais em busca de novos postos de trabalhos temporários, como dos jovens na condição de estudantes e que já conseguiram, ou planejam, acessar vagas no ensino técnico ou no ensino superior. Como no trabalho de Louis Marcelin (1999) a respeito da casa enquanto categoria cultural e a configuração de casas dentre as famílias negras do recôncavo baiano, pude refletir sobre alguns aspectos de meu campo a partir das dinâmicas sociais de coabitação e as práticas de soliedariedade empreendidas a partir do espaço da casa. Para Marcelin, “A casa é ao mesmo tempo um lugar de passagem e uma referência permanente” (MARCELIN, 1999, p. 36).

Nesse sentido, o entendimento da expressão êmica “viver sempre juntos”, como esse valor e também prática familiar, não está descolado das opções de muitos pelos deslocamentos temporários e a prática de coabitação em busca de melhores postos de trabalho. As mediações ocorrem através dos parentes que foram antes e conseguiram estabelecer-se, e hoje o caminho do ensino técnico e do acesso à universidade tem sido um empreendimento pretendido para uma nova geração de jovens negros e negras a quem as oportunidades de um grau de escolaridade mais alto reverberam como caminho possível de mitigação dos regimes de subalternidade que os mundos do trabalho vividos por seus pais e avós transpôs.

Cabe ressaltar que para a lógica comunitária do Rincão da Faxina, esse fluxo de pessoas e os deslocamentos empreendidos por elas em busca de oportunidades de trabalho, moradia e estudo, fazem parte das dinâmicas familiares e da comunidade política na qual estão inseridos, não sendo possível apartar os vínculos dos familiares que permanecem na campanha, com os que decidem sair por determinado período. O compartilhamento de memórias sobre o tempo dos antigos e o fluxo de visitas, de almoços, jantares, a prática de presentear os parentes com cultivos frescos da horta, demonstram que as formas de apoio e auxílio mútuo prosseguem dentro dos núcleos familiares e também dentre eles. Sendo assim, a afirmação identitária étnica tem ensejado o reconhecimento de um pertencimento coletivo na dimensão do que é *invocado* como origem e uma cultura comuns (CUNHA, 1986), ou seja, as memórias sociais que remetem à ancestralidade negra e aos vínculos familiares e de parentesco que oportunizaram a esse grupo autoatribuído requerer sua demanda étnicorracial, incluso o aspecto territorial, frente ao Estado brasileiro. Além disso, são as

especificidades do lugar (ESCOBAR, 2005), que compõem a singularidade das experiências pretéritas narradas pelos quilombolas do Rincão da Faxina e suas aspirações e projetos de vida.

Quanto aos planos e projetos de vida gestados pelos mais jovens, uma terceira geração que integra a coletividade quilombola, busquei estar atenta aos acessos do grupo a uma série de políticas públicas específicas, como a modalidade quilombola do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, a elaboração de projetos visando concorrência em editais da Fundação Banco do Brasil para o financiamento de maquinário agrícola, assim como as possibilidades de cursos e capacitações por instituições relacionadas à agricultura como a Embrapa e a Emater.

Dentre essa série de intermediações, editais, projetos e demandas a emergir ao longo das circunstâncias e diálogos compartilhados, a certa altura da convivência que estabeleci com algumas das lideranças e das famílias da Faxina, dei-me conta do caráter de prioridade elencado às políticas educacionais e, dentro desse feixe de modalidades, em especial à abertura de vagas para quilombolas como forma de acesso ao ensino superior.

Dessa maneira, a afirmação enquanto remanescentes de quilombos perpassa o acompanhamento desta nova modalidade da política pública voltada ao reconhecimento social da diferença e a uma reparação histórica por séculos de assimetrias e hierarquias construídas em torno de quem ocupa esses espaços de produção de conhecimento, considerando tratar-se de experiências bastante recentes dentro de um amplo leque de “frentes” em que as políticas educacionais vêm buscando afrontar o racismo institucional ainda tão arraigado na sociedade brasileira.

De igual forma, em contatos mais recentes que tive com membros da comunidade, pude perceber um interesse crescente em acessar a modalidade de talão de produtor rural direcionada ao público quilombola. Nesse arranjo institucional junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, o processo de regularização fundiária enquanto remanescente de quilombos possibilita a comprovação da posse da terra em que hoje vivem, para que assim possam formalizar a comercialização de seus cultivos e comprovarem o tempo de trabalho desempenhado para fins de aposentadoria como trabalhadores e trabalhadoras rurais.

## **Considerações finais**

Nesse trabalho busquei elucidar aspectos da memória familiar e comunitária de uma família quilombola através de narrativas compartilhadas acerca de suas experiências enquanto trabalhadores e trabalhadoras no campo, e os consequentes deslocamentos geracionais empreendidos coletivamente, em busca de condições para permanência na terra e, por óbvio, melhores condições para se viver. Os desafios empreendidos por essa família extensa apontam para processos mais amplos como, por exemplo, os projetos de desenvolvimento rural e redistribuição que foram destinados às populações do campo, sobretudo dentre as décadas de 1980 e 1990, via política estatal de reforma agrária, com uma abordagem à dimensão da conflitualidade e da justiça social no acesso à terra sob viés estritamente socioeconômico.

As mudanças na estrutura fundiária regional impactaram a matriz produtiva local e consequentemente as condições laborais vivenciadas pelas famílias negras. Portanto, o processo de territorialização empreendido coletivamente por essas famílias está conectado às mudanças na configuração do espaço rural em que estavam inseridas de maneira precária. Com a criação de assentamentos rurais e a escassez de postos de trabalho disponíveis para os que não foram incluídos pela política pública de acesso à terra, e nem aos fomentos e demais políticas de crédito relacionados ao público da chamada agricultura familiar, restou a essas famílias buscarem por seus próprios arranjos locais, muitas vezes na forma de parcerias marcadamente assimétricas, para que pudessem negociar porções de terras para moradia e plantio na região conhecida por quinto distrito de Piratini. Além dos atuais membros do quilombo do Rincão da Faxina, a rede de relações familiares se estende a outros núcleos que hoje pertencem às comunidades quilombolas da Fazenda Cachoeira e do Rincão do Couro.

As memórias sociais que remetem à ancestralidade negra e aos vínculos familiares e de parentesco que oportunizaram a esse grupo autoatribuído requerer sua demanda territorial frente ao Estado brasileiro podem ser abarcadas pela perspectiva de inscrições diaspóricas (GILROY, 2002), na medida em que as identidades negras são indissociáveis da experiência da escravidão moderna e de sua herança racializada espalhada pelo Atlântico. No caso da coletividade quilombola em referência, essa herança racializada hoje informa um senso de justiça em busca de reconhecimento social da diferença e a uma reparação histórica por séculos de assimetrias e hierarquias construídas em torno do acesso à terra, assim como aos espaços de produção de conhecimento, por meio das vagas para quilombolas para acesso ao ensino público superior.

A perspectiva das políticas públicas que têm como horizonte o reconhecimento social e a reparação de desigualdades e assimetrias históricas no que tange aos grupos étnicos é sempre situada e relativa à conjunção de atores, relações e valorações que permeiam as vidas em cada localidade. Assim, as maneiras encontradas por minhas interlocutoras e meus interlocutores para avaliar e manejar tais gamas de relações, demandas, projetos e disputas por legitimidades aponta para os múltiplos modos de protagonismos políticos empreendidos pela comunidade política da qual participam as lideranças quilombolas. Se o enfoque de uma série de engajamentos pautados pelos movimentos sociais negros e, também, na produção de trabalhos acadêmicos apontam a caminhos bastante abertos, como os processos seletivos específicos para quilombolas no acesso a vagas no ensino superior e um interesse crescente a respeito da seguridade social, cabe pontuar por fim, que o direito ao reconhecimento social e devida regularização fundiária dos territórios tradicionais das comunidades remanescentes de quilombos, por parte do Estado brasileiro, prossegue como uma pauta de luta urgente e prioritária.

#### **Referências bibliográficas:**

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista. (Org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARCELLOS, Daisy et all. **A Comunidade negra de Morro Alto: Historicidade, identidade e territorialidade**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 69-86.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. In: **Mana**. 5(2):31-60, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de.. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>.

RUBERT, Rosane Aparecida. **A construção da territorialidade**: um estudo sobre comunidades negras rurais da região central do RS. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Vanessa Flores dos. **“Viver sempre junto”**: uma abordagem etnográfica das escolhas e protagonismos políticos quilombolas no sul do Brasil. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In : **Raça, ciência e sociedade**. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Rio, Editora Fiocruz, p.41-58, 1996.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Trabalho livre para além do assalariamento: campesinato negro no pós-abolição, nem cativos, nem operários. In: **Textos para discussão FEE**, n 141, 2015.